

REPUBLICANOS, EVOLUCIONISTAS E MESTIÇOS: LITERATOS DO SÉCULO XIX NA POLÍTICA.

Ana Maria Koch¹

Resumo:

Sílvio Romero chamou Machado de Assis de *mestiço* na última década do século XIX. Assim se classificava também a si mesmo, a Tobias Barreto e aos outros intelectuais brasileiros da época. O debate de materialistas e evolucionistas de então era sobre o estágio do Brasil no caminho da civilização na proposta de classificação teórica em que seguiam a de Herbert Spencer. O artigo propõe abordar o conceito *mestiço* na proposta de Sílvio Romero para contextualizá-lo no projeto republicano dos intelectuais *spencerianos* no Brasil do último quartel do século XIX. A importância do conceito está no fato de que Sílvio Romero atribui aos literatos o papel político de doutrinadores do povo pela Literatura para levar o Brasil ao pretendido estágio da civilização, enquanto Machado de Assis apontava na direção da liberdade de expressão como fundamento da produção literária no discurso de fundação da Academia Brasileira de Letras.

Palavras-chave: Sílvio Romero; Machado de Assis; crítica literária.

Abstract:

Sílvio Romero called Machado de Assis *mestizo* in the last decade of the nineteenth century. This is how he also addressed himself, Tobias Barreto and other Brazilian intellectuals of the time. The materialists and evolutionists debate then was on the stage of Brazil on the path to civilization, according to the theoretical classification proposal they followed, which was that of Herbert Spencer. The communication proposes to address the concept of *mestizo* in the proposal of Sílvio Romero to contextualize it in the republican project of Spencerian intellectuals of Brazil in the last quarter of the nineteenth century. The importance of the concept lies in the fact that Romero attributes to the literati the political role of scholars of the people, through literature, to lead Brazil to the desired stage of civilization, while Machado de Assis pointed in the direction of freedom of expression, as the basis of literary production, in the foundation discourse of the Brazilian Academy of Letters.

Keywords: Sílvio Romero; Machado de Assis; literary criticism.

¹ Professora Adjunto III na Universidade Federal do Piauí. Pós-Doutorado em Letras na Universidade Federal do Piauí.

Machado de Assis – literato e também funcionário público, primeiro do Império e depois da República – pensava a Literatura como um lugar privilegiado para o exercício da expressão livre do pensamento, promovida a liberdade com o empenho pela qualidade dessa produção textual. Comprometido com essa promoção desse direito social é que assumiu a primeira presidência da Academia Brasileira de Letras em 1897, institucionalizada na primeira década do Brasil republicano. No discurso da Sessão de encerramento, em 7 de dezembro daquele mesmo ano, afirmou-a “nascida entre graves cuidados da ordem pública” com a finalidade de

ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora (Assis, 1970, v. 11, p. 295).

Ao fazer a distinção entre o papel do literato e o papel do político na sociedade, Machado de Assis estava, implicitamente, atacando a Estética realista² comprometida com o programa político autoritário dos Republicanos. Essa corrente Estética – defendida, por exemplo, tanto pelo português Antero de Quental quanto pelo brasileiro Sílvio Romero – propugnava pela educação dos cidadãos pela Literatura, seguindo o modelo expresso em *A República*, de Platão, que definia a expulsão de poetas não alinhados com a ditadura dos generais-filósofos.

Defensor da liberdade de expressão e autor de uma grande produção textual em literatura iniciada aos 17 anos, em meados de 1850, e que perdurou até a morte, em 1908, Machado de Assis produziu romances, contos, poesia, teatro, crônica e crítica literária. Na comemoração do centenário de seu nascimento, em 1939, foi editado pela Companhia Editora Nacional o texto *Machado de Assis: estudo crítico-biográfico*. Lúcia Miguel Pereira, nessa primeira biografia, afirmou que Machado de Assis era *mestiço, epilético, gago e pessimista*. Justificou a conclusão em pesquisa sobre a ascendência para a indicação de raça; da crítica literária pesquisada atribuiu a

² Cf. o subtítulo *O pequeno saldo desde o outro lado do mistério* (KOCH, 2004, p. 132-196).

gagueira; e a pesquisa em cartas justificou o enunciado da epilepsia. Numa das cartas em que o literato afirmava padecer de moléstia que lhe acometia em determinados momentos, sem explicitá-la, a biógrafa deduziu do registro a epilepsia.

Essa caracterização – *mestiço, epilético, gago e pessimista* – proposta por Lúcia Miguel Pereira, é repetida até hoje à exaustão em estudos acadêmicos e em páginas³ publicadas na rede mundial de computadores. Elas podem, no entanto, ser colocadas em discussão a partir de outro contexto de caracterização: a de que Lúcia Miguel Pereira reinterpreto as acepções de *mestiço, gago e pessimista* atribuídas por Sílvio Romero, estudioso da Literatura no último quartel do Oitocentos brasileiro. A discussão é melindrosa, pois críticos literários como Afrânio Coutinho, que além de ter caracterizado Machado de Assis como pessimista pela disposição mental, atribuiu caráter autobiográfico ao conteúdo da obra do literato. Aceitando a caracterização feita por Lúcia Miguel Pereira, Miguel Reale, noutro exemplo, acrescentou a afirmação de que a ascensão social produziu o ressentimento racial em Machado de Assis, justificando o comportamento dele no âmbito “da adaptação do mestiço às outras camadas sociais” do Brasil escravista e atribuindo-lhe sentimentos não mais de *mestiço*, mas de

mulato, epilético, gago e desprovido de recursos, ele era, em si e por si, a encarnação amarga de um ser projetado à sua revelia nos quadrantes do mundo, inserido numa ‘circunstância’ não querida, e que era mister superar, como superou, afrontando preconceitos e ressentimentos, sentindo a todo o instante o acicate da adversidade e a angústia de sua terrível moléstia (Reale, 1982, p. 15-16).

Quando se procede à análise parte do material textual produzido por Machado de Assis – por exemplo, considerando *Memórias póstumas de Brás Cubas* – e da crítica literária produzida no período – como a de Sílvio Romero em *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira* –, no entanto, os parâmetros de contextualização dos termos *mestiço, gago e pessimista* mudam.

³ Cf., por exemplo, os estudos de Roberto Schwarz e de Richard Miskolci.

Pessimismo

Memórias póstumas de Brás Cubas foi tratado por Sílvio Romero como uma sátira. Ali as expressões que o crítico utiliza pejorativamente, no texto, para referir os personagens *Brás Cubas* e *Quincas Borba*, criados por Machado de Assis, não são transferidas à personalidade do autor. Os dois pontos indicados na transcrição que Sílvio Romero fez, em 1897, do *Capítulo 6 – Chimène, qui l’êut dit? Rodrigue, qui l’êut cru?*, foram inseridos com “o intuito de revelar diretamente **o famoso pessimismo de Brás Cubas, que alguns pensam ser o mesmo de Machado de Assis**” (Romero, 1992, p. 276-277, sem grifo no original). Essa distinção entre o autor e o personagem foi reforçada em seguida, por Sílvio Romero, pela afirmação de que Machado de Assis “não chega a impressionar” quando (pela leitura que Sílvio Romero fez do *Capítulo 7 – O delírio*) o literato pretende a “expressão do pavoroso”, argumentando que a “coloração de horrível que imprime em alguns de seus quadros” formava inquietação “que não parte de fonte nativa” (Romero, 1992, p. 277). A avaliação, que resulta da comparação do *Capítulo 7 – O delírio* com obras de Poe, Dostoievski e, através deste com Dante, é a de que “mesmo em seus mais violentos desvios de imaginação[,] Machado de Assis é tranquilo e suave; os delírios de suas personagens não metem pavor” (Romero, 1992, p. 278). O mesmo *Capítulo 7 – O delírio* é classificado – dada a importância do argumento, depois da transcrição – como “belo, realmente muito belo, como linguagem e como estilo”, constituindo “sem dúvida uma das páginas mais intensas da língua portuguesa. [...] Mas esta página mesma, que é a melhor de nosso escritor como brilho de estilo, é notável por isto [pelo estilo] e não pelo que possa, porventura, conter de horrível e trágico” (Romero, 1992, p. 284).

O estudo *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira* pretendia ser o primeiro de uma “série” a “instaurar” uma “espécie de torneio analítico” (Romero, 1992, p. 53) no Brasil já republicano e foi elaborado sob o critério da classificação dos “escritores nacionais do último quarto de século no Brasil” em “três categorias”: os “fiéis ao velho romantismo”; os “espíritos de transição entre os românticos e as novas instituições”; e os “que não passaram pelas doutrinas românticas e já apareceram de posse dos recentes credos”, especificados como os

“naturalistas” (Romero, 1992, p. 52-53). Analisado por Sílvio Romero como pertencente ao segundo grupo, Machado de Assis, que não era “portador de pergaminho” (Romero, 1992, p. 60), foi escolhido como “objeto” de estudo para iniciar o projeto a que se propunha porque “antes e acima de tudo é entre nós o mais completo espécime do homem de letras, no peculiar significado da palavra. [...] Faz gosto”, afirmou no texto, “dá prazer ao crítico entreter-se, confabular com um espírito como o seu” (Romero, 1992, p. 54). São os critérios que estabelece a partir da teoria científica adotada que permitem a Sílvio Romero (a) afirmar que Machado de Assis não é pessimista; e (b) asseverar, contra outro analista da Literatura Brasileira do período, José Veríssimo, que “Machado de Assis pode e deve ser também julgado pelo critério nacionalista”, não sendo acatado este como “o único critério nestes assuntos; por mais de uma face o poeta de Falenas, o romancista de Ressurreição presta-se à operação e não sai amesquinhado dela” (Romero, 1992, p. 65-66), questão que foi explicitada no *Capítulo 19 – Machado de Assis e o nacionalismo: desenho geral de sua personalidade*.

O problema que o crítico literário coloca em pauta é o de apresentar uma avaliação sobre o trabalho de Machado de Assis sob a consideração de que isso “não é”, em 1897, “coisa que se possa fazer sem **arredar** previamente do caminho **certos tropeços** nele **postos pela crítica indígena**”, sendo “**um deles [...] a apregoada antinomia entre a primeira e a segunda fase da carreira do ilustre autor**, entre a sua antiga maneira e a nova” (Romero, 1992, p. 63). No final da análise, o literato brasileiro é classificado sob o critério da divisão do conhecimento que Sílvio Romero explicou em *Ensaio de Sociologia e Literatura*, onde a finalidade da Moral foi apresentada como o Bem, porque, para o analista, Machado de Assis constituiu

uma espécie de **moralista** complacente e doce, eivado de certa dose de contida ironia, como qualidade nativa que de quando em quando costuma enroupar nas vestes de um peculiar humorismo, aprendido nos livros, e a que dá também por vezes uns ares de pessimismo, também aprendido de estranhos (Romero, 1992, p. 319).

O tropeço que se pode atribuir a Sílvio Romero quanto à atividade crítica relativa ao trabalho literário de Machado de Assis ocorre por uma questão que está

subsumida à crença teórica que defendia, isso porque – como o socialista Antero de Quental – pensava a teoria adotada como sendo neutra. A convicção de neutralidade da Ciência foi expressa principalmente quanto ao tema do humorismo e, nele, foi o critério da etnologia que fez Sílvio Romero afirmar que Dickens, Carlyle, Swift, Sterne e Heine “foram humoristas fatalmente” porque “a índole, a psicologia, a raça, o meio tinha de fazê-los como foram” (Romero, 1992, p. 161), enquanto “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro [Machado de Assis] não são os mais próprios para produzir o humor, essa particularíssima feição da índole de certos povos. **Nossa raça** [de brasileiros *mestiços*] em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (Romero, 1992, p. 163, sem grifo no original). A argumentação desenvolvida está aprisionada pela concepção teórica, que foi indicada pelas afirmações (a) de que “a apreciação da parte mais notável da obra literária de Machado de Assis” foi posta em prática sob “os modernos processos de crítica ao jeito e ao gosto do que tem sido ensinado por Hennequin e Faguet”, sendo esses os critérios que o levaram a considerar o material textual literário de Machado de Assis sob os “elementos capitais” do “estilo”, do “humor”, do “pessimismo” e dos “tipos” (Romero, 1992, p. 121); e (b) de que “não” ocorreram “em Machado de Assis os característicos do humorista descritos por Edmond Scherer”⁴ (Romero, 1992, p. 173).

Entre os pontos indicados, além da relação que foi estabelecida entre o humorista e o verdadeiro filósofo, a questão que pode ter mobilizado Sílvio Romero para o juízo que apresentou constitui o de que, para Scherer, o humorista “tem por alvo principal divertir-se e divertir os outros” e que os recursos que utiliza para esse fim não são impedimento para o fato de que “a disposição de ânimo do humorista seja provavelmente[,] afinal de contas[,] a mais feliz que se possa ter na vida, **seu ponto de vista o mais justo** de onde seja possível julgá-la” (Scherer *apud* Romero, 1992, p. 172). Entre os literatos que Scherer arrola como humoristas e que Sílvio Romero classifica como apenas “grandes cômicos” estão Cervantes e Rabelais, isso porque para o etnólogo brasileiro “não devemos confundir a alegria, a graça, a verve com o humor”, este que é definido pela raça, porque enquanto o “cômico ri pelo gosto de rir”, o “humorista ri com melancolia, quando devia chorar; ou chora com chiste, quando

⁴ Edmond Scherer (1815-1889) Crítico literário e político francês.

devia apenas rir” (Romero, 1992, p. 173). O crítico só aceitava que Machado de Assis pudesse ser um humorista se a “palavra” recebesse “a significação especial que é de costume lhe emprestar entre **latinos e meridionais**, como sinônimo da simples graça, do espírito, da pilhéria, da ironia suave, como temos vários espécimes gregos, romanos, franceses, espanhóis” e, como, entre os brasileiros citados, “Lafayette Pereira”⁵ (Romero, 1992, p. 214).

Em *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira*, a questão que apareceu em 1897 como o problema para Sílvio Romero, também membro da Academia Brasileira de Letras, pode ter sido o da dificuldade de assimilação do conteúdo satirizado por Machado de Assis, principalmente em *Memórias póstumas de Brás Cubas* que, nos Capítulos 7 – *O delírio* e 117 – *O Humanitismo*, satirizam a sociologia evolucionista de Spencer⁶. Nem a *Dedicatória*, o *Prólogo*, ou os primeiros capítulos, dos quais Sílvio Romero transcreveu segmentos de texto, foram considerados representativos do humorismo, chegando o analista a afirmar que “só uma deplorável prevenção em achar graça na insipidez se encantará com aquilo” (Romero, 1992, p. 274). A apreciação foi realizada em contraste com a avaliação das outras obras de Machado de Assis publicadas até aquela data e, além disso, há diferença de tratamento dado aos segmentos de texto selecionados; estes são os fatores que chamam a atenção para a contrariedade do crítico manifesta no texto. O vocabulário agressivo utilizado na avaliação que fez dos personagens *Brás Cubas* e *Quincas Borba* destoam do elogio dado aos “pequenos quadros de nossa vida brasileira” que encontrou em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, reproduzidos os segmentos de texto que justificam a afirmação e dão o testemunho das “qualidades de observador de costumes e de psicologista”, quadros encontrados no relato sobre o “batizado”, sobre os “padrinhos”, sobre os “nossos costumes do tempo da escravidão”, sobre o “tio João”, sobre o “banquete”, sobre os “mestres régios” e sobre o “Damasceno”⁷ (Romero, 1992, p. 308-314). Todos os segmentos de texto transcritos por Sílvio Romero foram considerados como “infelizmente raros nos livros” de Machado de

⁵ Lafayette Pereira Coutinho (1834-1917), jurista, político e jornalista; eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para a cadeira de Machado de Assis, em 1808.

⁶ Cf. o subtítulo *O pobre rapaz sem experiência e embasbacado* (in: KOCH, 2004, p. 188-196).

⁷ Cf. a descrição da *família Cubas* nos Capítulos 9 – *Transição* ao 13 – *Um salto* (Assis, 1970, v. 13, p. 42-62).

Assis, esses que deveriam – indicando a Estética realista adotada – ser o “filão que” Machado de Assis “devia aprofundar” porque são relatos que manifestam o “caráter brasileiro com suas virtudes e defeitos” (Romero, 1992, p. 314).

São as referências diretas de Sílvio Romero – um dos articuladores da ciência materialista e do evolucionismo spenceriano no Brasil – aos personagens *Brás Cubas* e *Quincas Borba* que dão a indicação mais clara do incomodo expresso na avaliação. O registro pode ser um indicativo de que o analista percebeu os personagens como o suporte para enunciar a zombaria⁸ dirigida aos pressupostos evolucionistas da Ciência – chamada Naturalista – que fundamentava a análise da situação social e política feita pelos intelectuais republicanos no Brasil de 1880. As proposições pelas quais é possível indicar o texto *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira* como uma reação à sátira da teoria sociológica de Spencer no enredo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* estão naquelas em que o analista (a) comparou o que denominou de “humorismo de almanaque, [...] pessimismo de fancaria, que traz iludidos uns poucos de ingênuos que acham aquilo [*Brás Cubas*] maravilhoso” com o trabalho do teórico em sociologia materialista de Tobias Barreto que, na mesma época, se empenhava no exercício da “crítica livre no Brasil” (Romero, 1992, p. 160); (b) analisou *Brás Cubas* com base na teoria de Scherer, para classificar o personagem como “um adúltero enjoativo” e *Quincas Borba* como “um lunático sensaborão. Ambos pretensiosos, e insignificantes na sua pretensiosidade”; para o analista, “nem um deles é um exemplar vivo da humanidade; são tipos convencionais, paspalhões de papelão: verdadeiros abortos de uma imaginação sem real força criadora” (Romero, 1992, p. 174-175); (c) não considerou Machado de Assis um humorista, porque o literato “procur[ou] humor pelo gosto de o procurar e mostrá-lo à galeria. Para isto cata propositalmente uma série de **assuntos frívolos** para ter ocasião de dizer graças, que são verdadeiramente encomendadas”, sendo esse “o motivo pelo qual[,] de caso pensado[,] arquitetou aqueles dois quartapacios [?] de sensaborias”, apresentadas de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, “que se chamam *Brás Cubas* e *Quincas Borba*,

⁸ Cf. a descrição do processo evolutivo da filosofia de *Quincas Borba* no Capítulo 107 – *O Humanitismo* (Assis, 1970, v. 13, p. 330-336), que inclui quatro “fases”: a “estática”, a “expansiva”, a “dispersiva” e a “contrativa”, sendo a última a da “absorção do homem e das coisas”, sendo a ironia a inclusão da quarta fase como um avanço teórico na comparação com outras por incluir o fim da mesma evolução.

onde certos basbaques nacionais fingem descobrir não sei que profundos abismos de ciência oculta, magia, faquirismo, ou cabala, **que os anestesia e embriaga**, como os mongangas [?] de Antônio Conselheiro aos jagunços de Canudos” (Romero, 1992, 191, sem grifo no original). A importância dessa avaliação da obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* também pode ser dada pela **(d)** afirmação contida no parágrafo que encerra a análise, de que “Machado de Assis é **bom quando faz a narrativa** sóbria, elegante, lírica **dos fatos que inventou ou copiou da realidade**, é quase **mau quando se mete a filósofo pessimista** e a sujeito caprichosamente engraçado” (Romero, 1992, p. 320, sem grifo no original), sendo o conceito *pessimismo* relacionado ao de misantropia de acordo com a definição de Rod, transcrita pelo analista, que descreveu o pessimismo como uma doutrina inofensiva e triste.

Gagueira

Relativamente à caracterização de Machado de Assis por Sílvio Romero como *gago* – além de *pessimista* –, o crítico literário comparatista a fundamenta, em 1897, em segmentos do enredo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (publicado em 1880) como, por exemplo, no *Capítulo 103 – Distração*, onde o narrador *Brás Cubas* cita o “planeta Saturno” quando questiona o valor de um “episódio [...] mofino” das supostas “lágrimas” de Virgília; e no *Capítulo 135 – Oblivion*, que conclui referindo “a marcha da vida” como “espetáculo, cujo fim é divertir o planeta Saturno, que anda muito aborrecido”⁹ (Assis, 1970, v. 13, p. 303-304; e 369, respectivamente). Quando qualificou o “estilo de Machado de Assis” Sílvio Romero introduziu o tema da gagueira. Afirmou, no *Estudo comparativo*, que o estilo, “sem ter grande originalidade, sem ser notado por um forte cunho pessoal, **é a fotografia** exata do seu espírito, **de sua índole psicológica indecisa**”, porque sendo Machado de Assis “correto e maneiroso, não é vivaz, rútilo, nem grandioso, nem eloquente. É plácido e igual, uniforme e compassado”. O analista continuou, avaliando o estilo machadiano:

⁹ *Saturno*, deus romano que fundamenta as festas populares – *saturnais* – de uma semana de feriado comemoradas com banquetes que levavam a orgias.

sente-se que o autor [Machado de Assis] não dispõe profusamente, espontaneamente do vocabulário e da frase. Vê-se que ele [no estilo] apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. ‘Ele **gagueja no estilo, na palavra escrita, como fazem outros na palavra falada**’, disse-me uma vez não sei que desabusado num momento de expansão, sem reparar talvez que dava-me destarte uma verdadeira e admirável **notação crítica**. Realmente, Machado de Assis repisa, repete, torce, retorce, tanto suas ideias e as palavras que as vestem, que deixa-nos a impressão dum perpétuo tartamudear. **Esse vezo**, esse sestro, para muito espírito subserviente [quando] tomado por uma coisa conscientemente praticada, [é] elevado a uma manifestação de graça e humor, [esse vezo] é apenas, repito, o resultado de **uma lacuna do romancista nos órgãos da palavra** (Romero, 1992, p. 122, sem grifo no original).

Lúcia Miguel-Pereira, quando reinterpreto os termos *gago* e *pessimista* para o novo contexto da crítica literária da década de 1930, pode ter somado ao termo *gago* o conteúdo expresso pelo tema da *bile negra*, da tradição filosófica de viés aristotélico. Nele a gagueira é referida como característica física. Na releitura do uso dos termos a biógrafa Lúcia Miguel Pereira pode ter levado em conta um enunciado repetido na tradição filosófica ocidental: o *Problema XI*, de Aristóteles (1998, p. 72): “Por que os gogos são melancólicos?”. Entre os médicos do mundo clássico grego que, segundo Moacyr Scliar (2003, p. 67-93) exploraram “as ideias de Hipócrates e Aristóteles” estava “Rufus de Éfeso”, que, identificou “humores” resultantes de uma “bile negra não natural”, prejudicial ao “cérebro”; esse mesmo Rufus propôs a distinção da melancolia em “dois tipos”, a “adquirida, sobretudo pela dieta” e a “congénita”, esta gerando a “proeminência intelectual, inclusive a capacidade da profecia, de prever coisas no futuro”. Os doentes dessa forma da melancolia, explicou o literato e também médico Moacyr Scliar em *Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil*, “também eram tristes, misantropos. E gaguejavam – porque a fala não conseguia acompanhar o fluxo rápido do pensamento”.

Mestiços a caminho da civilização

Introduzindo o tema da civilização, a oposição dos revolucionários aos governos demagógicos constitucionalistas (isto é, os liberais, defensores do pluripartidarismo e do parlamento) já tinha sido apresentada como uma necessidade pelo ensaísta e político português Teófilo Braga, no que estava alinhado com o conterrâneo Antero de Quental. O papel destinado por esses dois portugueses à Ciência era consequência da noção de Natureza como Absoluto ou Essência e definia a configuração da pretendida *sociedade nova*, expressa literariamente nos poemas *A ideia* e *À História*, de Antero de Quental. Para esses literatos com programa político republicano e socialista, respectivamente, era da doutrina que sairia

a teoria para a prática efetiva como um poder novo, o poder consultivo e espiritual, complemento indispensável de todo o poder temporal. Hoje [fins de 1800] são os governos, que contra toda a ordem filosófica [isto é, contra toda a metafísica] disciplinam as ciências com programas obrigatórios intervindo nos quadros da instrução pública; mas **quando um dia se conhecer a missão desinteressada e pacífica das ciências, estas dirigirão os governos**, revelando-lhes quais os fenômenos sociais estáveis, e cuja natureza é a **conservação**, e quais os modificáveis, que[,] sendo paralisados[,] por força produzem a **revolução** [ou: luta] (Braga, 1892, v. 1, p. 350, sem grifo no original).

Como nos ideários desses portugueses que debateram sobre a crise social com argumentos construídos sobre a base lógica formada pelo conceito *determinismo* e com o vocabulário da Ciência materialista para fundamentar o projeto político adotado, também a produção textual de Sílvio Romero abordava o tema da crise econômica, social e moral do final do Império brasileiro e do início da República. A esse fundamento o crítico brasileiro acrescia o vocabulário e a lógica evolucionista da Ciência *organicista* de Herbert Spencer. Os termos *evolução*, *raça*, *Realismo* já constam nos títulos dos textos de Sílvio Romero publicados antes do julgamento que fez em 1878 da intelectualidade brasileira imperial, apresentada em *A Filosofia no Brasil*.

Esses assuntos foram retomados no contexto republicano da última década do século XIX. No novo período os textos *Doutrina contra Doutrina: o Evolucionismo e o Positivismo na República do Brasil*; *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira*; e os *Ensaio de Sociologia e Literatura* foram os que registraram a preocupação de Sílvio Romero com o progresso do Brasil, levando-o a tratar do tema da atualização da recepção de teorias europeias, da produção literária e do ensino da Ciência no Brasil. Com abordagem teórica diferente das de Teófilo Braga ou de Antero de Quental, a publicação do primeiro dos livros citados tem como contexto o rechaço ao fundamento científico adotado pelos “caricatos diretores do pensamento brasileiro [que] andam aí a empalidecer no catecismo positivista [de Comte] e a rezar a Clotilde de Vaux”, os mesmos que desprezaram “as lições do naturalismo científico” e esqueceram “os ensinamentos da síntese moderna, apropriada à democracia contemporânea, de um Spencer, de um Huxley, de um Maine, de um van Ihering” (Romero, 1894, 349). Denunciando o sistema ditatorial instituído pelo grupo militar na presidência do Estado brasileiro republicano – como também o fez Machado de Assis em *A Semana*¹⁰ – Sílvio Romero (1894, p. 348) ajuíza aquele poder militar como “jacobinismo fútil” que, com o “positivismo estéril” de Comte, constituiu as “duas grandes molas que têm transviado a república no Brasil”.

Na Introdução de *Doutrina contra Doutrina*, por exemplo, Sílvio Romero (1984, p. XIII) avaliou se havia ou não, na República brasileira, um partido político que pudesse sustentar uma democracia e apresentou o resultado desse julgamento com base na análise empreendida a partir da “lei da evolução, cuja fórmula mais completa é aquela que é devida ao gênio de Herbert Spencer”. O pressuposto dessa lei científica é difícil de entender sem que se considere que os conceitos da Física e da Matemática determinista do século XVIII, especificamente os que definem a *Teoria da nebulosa*, da Mecânica celeste de Laplace; esse é o pressuposto da afirmação de que “não podem existir fatos sem antecedentes imediatos, sem a passagem de **um estado homogêneo e incoerente** a um **estado de diferenciação e coerência**”, apresentados por Sílvio Romero (1894, p. XIII, sem grifo no original) para fundamentar a “existência de instituições” – como a República – com “base na vida nacional”. O processo

¹⁰ Cf. as crônicas publicadas por Machado de Assis no período de 10 set. a 26 nov. 1893.

constitucional pelo qual passou o Estado brasileiro no final do século XIX foi avaliado por Sílvio Romero, no texto e ao mesmo tempo em que sublinhou a exigência da educação como requisito para a organização social na forma da República como necessária. Sílvio Romero afirma que “o Brasil é um país fatalmente democrático” porque “filho da cultura moderna, depois da época das grandes navegações e das grandes descobertas, [...] depois da constituição forte da plebe e da burguesia, [o Brasil] é, além do mais, o resultado do cruzamento de raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical” (Romero, 1894, p. XIII).

O Brasil, de acordo com o autor de *Doutrina contra Doutrina*, contava potencialmente com “os dois maiores fatores de igualização entre os homens”, fatores especificados como “a democracia e o **mestiçamento**”. Essas duas condições, propunha Sílvio Romero (1894, p. XIII), o Brasil tem “de sobra” e ambas “entram amplamente na característica da civilização moderna”, conceito exemplificado pelo que atribuiu ter ocorrido “na Europa”, onde houve “mescla cada vez maior de todas as classes, principalmente a contar da revolução francesa”, e “no resto do mundo, mormente nas fundações coloniais da América, África e Oceania, [onde ocorreu] mistura enorme de raças”. A análise de *Doutrina contra doutrina*, onde estão registradas essas concepções, permite contextualizar a preocupação de Sílvio Romero com a questão da miscigenação como fator político importante para a abordagem da necessária e inevitável – dada a teoria abraçada – evolução política, econômica e social do Brasil. A preocupação foi enunciada dentro do marco da afirmação da *luta* – ou *revolução* – resultante da paralisação do processo da evolução da marcha da civilização no Brasil. Se o esquema de pensamento da dialética explicava a ocorrência do impedimento do processo de civilização se realizar, este, uma vez ocorrendo a partir de fatores determinados, garantia a *conservação* de uma dada sociedade. O enunciado tinha uma dimensão claramente política quando propunha que a proclamação da República deveria ter sido o resultado de um processo interno, brasileiro, de miscigenação “dessas populações novas” (Romero, 1894, p. XIII) e não de um golpe militar. Numa base teórica também evolucionista mas diferente da adotada por Comte, a avaliação de Sílvio Romero foi construída com base em critério etnográfico e o juízo foi explicitado com dois argumentos propostos contra tentativas

de interpretação racista relativamente à proposição que estava sendo apresentada. O primeiro argumento de Sílvio Romero vinha da frase “o primeiro imperador foi deposto, porque não era nato; e o segundo há de sê-lo, porque **não é mulato**”, atribuído ao “marques de Maricá”, para fundamentar a própria convicção de que “não há mais lugar na América para o sangue azul da realeza...” importada da Europa; e o outro argumento constituiu-se da declaração expressa de que, quando refere o conceito “**mestiçamento**” no quadro da teoria abraçada, aplica-o “no sentido mais geral e mais vasto possível, compreendendo os próprios cruzamentos entre si das variedades de uma mesma raça”, acrescentando, “quanto aos entrelaçamentos de raças diversas”, que foi “**coisa acontecida na própria Europa**, desde os mais remotos tempos, como está provado pelos competentes”. No Brasil, concluiu o pensador brasileiro, o processo de *mestiçamento* foi “apenas mais forte, mais vasto, mais evidente”, indicando para a composição desse processo pelos tipos raciais de índios, negros e brancos e não só, como na Europa, por diferentes subgrupos classificados como brancos. Os três grandes grupos raciais que estão no Brasil foram referidos por Sílvio Romero pela diferença quanto ao estágio em que se encontravam na *marcha da civilização*, esta *evolução* cujo critério é dado pelo domínio da *Ciência* e pelo *direito de voto*, os dois tópicos - *Ciência* e *voto* – juntos indicavam o estágio mais adiantado da evolução humana e a possibilidade de *conservação* de uma dada sociedade.

Consideradas as ideias formuladas no texto, essa questão não foi apresentada por Sílvio Romero com o objetivo de subsidiar juízo de valor sobre diferentes raças e isso porque, pela teoria adotada, as diferenças seriam subsumidas no processo da *evolução* em direção à civilização, devendo agir, no Brasil, o “mesmo velho fermento igualitário” que “lá [na Europa] também tem estado e continua a estar em ação”, mesmo que o – anotou, levando em conta a plena do neocolonialismo - mestiçamento entre diferentes tipos brancos, lá, esteja “desfigurado e submergido na velha Europa” (Romero, 1894, p. XXV); o conceito *mestiçamento* abrange, nessa produção textual, o “sentido mais geral e mais vasto possível, compreendendo os próprios cruzamentos entre si das variedades de uma mesma raça” e o resultado da proposição é o de uma formulação em que o argumento da *raça* ganha o mesmo conteúdo que o termo *nacionalidade* recebeu no século XX quando analisado na relação com o conceito

desenvolvimento. A questão foi tratada, na Introdução de *Doutrina contra Doutrina*, pela avaliação dos grupos ideológicos – jacobinos e socialistas de diferentes segmentos – que estavam em atividade no Brasil no final do século XIX, cada grupo propondo soluções com base em teorias elaboradas na Europa para a discussão sobre o regime político ideal para o Brasil. As proposições foram apresentadas sob o sugestivo título de embate entre doutrinas para situar o conflito, que o autor afirmou existir no Brasil, entre a adoção de um programa político republicano, ditatorial, e a adoção de um programa democrata, questão que – pensa em 1894 – seria decidida, no Brasil, pela escolha do último sistema, como ocorreu na “Suíça e na América do Norte”, isso se um “grande partido democrata” fizesse o esforço

por manter ileso o culto da liberdade, da expansão normal de todas as atividades; [por] manter e alargar o direito de **voto** e a intervenção da nação no seu governo; difundir a **instrução** primária dos dois graus gratuita e obrigatória, como obstáculo à ignorância, propício terreno de propagandas esdrúxulas; apoiar o espírito nacional nas suas **tradições legítimas**, nas suas aspirações de **ordem e de integralidade pátria**; promover a **representação direta de todas as classes** para que tenham meio de ser atendidas em seus justos reclamos; combater o espírito de separatismo, onde quer que ele surja, pugnando pela igualdade prática de todos os estados na gestão da política do país; combater implacavelmente as opressivas ideias e quaisquer tendências e planos de ditatorianismos [sic] de qualquer gênero, pela difusão de uma filosofia mais progressiva e mais de acordo com o espírito dos novos tempos (Romero, 1894, CXV).

Ao mesmo tempo em que pontuou a falta de relação entre a situação econômica e cultural existente no Brasil e a adoção dos programas ideológicos de grupos europeus, Sílvio Romero fez mais uma indicação – a ser considerada ao lado do conteúdo do conceito político *mestiçagem* – que pode ser importante para a compreensão da avaliação apresentada três anos depois, em *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira*. Ponderando sobre as dificuldades dessa relação entre teoria e prática no processo efetivo da *evolução* e depois de elogiar a “aspiração para um melhoramento das classes trabalhadoras” (o “quarto estado”),

Sílvio Romero (1894, p. CVI-CVII) referiu, na Introdução de *Doutrina contra Doutrina*, o “velho mito do Éden, ou no passado, como queria a teologia, ou no futuro, como querem os socialistas”, para advertir que os defensores desses “devaneios” deveriam temperar tais projetos “com algumas doses de pessimismo”, para o que “a leitura de Hartmann” teria um “efeito tonificante”. Quatorze anos depois da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e três anos antes de *Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira*, o autor de *Doutrina contra Doutrina* afirmou que “o otimismo imponderado gera a afoiteza, produz ilusões irrealizáveis, desequilibra a **marcha da vida, atira os homens e os partidos atrás de quimeras**”¹¹ (Romero, 1894, CVII, sem grifo no original), sendo, no texto, utopias as doutrinas dos outros, não a própria, e encaminhada a argumentação na mesma direção da preocupação de Antero de Quental sobre o risco de insurreições (ou *revoluções*) e de Teófilo Braga sobre a ordem (ou *conservação*): “Esse mundo de **aspirações aéreas e insondáveis**, não achando aplicação prática, **sendo derrotado pela realidade, vem a produzir** depois o mau humor, o desespero, **o pessimismo** intratável dos anarquistas, dos nihilistas, dos bandeiras negras e de outras modalidades do gênero”. O analista do contexto político e intelectual brasileiro do final do século XIX, no estudo doutrinal, situa politicamente o tema, afirmando: “**Eis porque o pessimismo moderado**, que inspira apenas a desconfiança pelas teses absolutas de felicidade indefinida, que nos adverte da improficuidade dos esforços que tendem a um alvo impossível, **é útil**, porque serena o espírito e afasta-o das agitações temerárias” (Romero, 1894, p. CVIII, sem grifo no original).

O conhecimento constituía “a fonte de todo o progresso” e, adotando uma proposta cuja base é a classificação dos fenômenos elaborada a partir do realismo aristotélico, o conhecimento devia ser formado, de acordo com Sílvio Romero (1901, p. 58), pela Filosofia (cujo “fim”, pela Ciência, é “o verdadeiro”), pela Religião, pela

¹¹ Cf. os vocábulos semelhantes aos utilizados no *Capítulo 7 – O delírio* “[...] Meu olhar, enfiado e distraído, viu enfim **chegar o século presente, e atrás dele os futuros**. Aquele vinha ágil, destro, vibrante, cheio de si, um pouco difuso, audaz, sabedor, mas ao cabo tão miserável como os primeiros, e assim passou e assim passaram os outros, com a mesma rapidez e igual monotonia. Redobrei de atenção; fitei a vista; ia enfim ver o último, – o último!; mas então já **a rapidez da marcha** era tal, que escapava a toda a compreensão; ao pé dela o relâmpago seria um século. [...]” (Assis, 1970, v. 13, p. 38-39, sem grifo no original).

Política (cujo fim, pelo Direito, é “o justo”), pela Moral (cujo fim é “o bem”), pela Indústria (cujo fim é “o útil”) e pela Arte, que “é sempre o domínio do sentimento e da imaginativa; tem por alvo supremo a realização do belo”. Utilizando o termo *existência* – recorrente nessas formulações – para estabelecer o critério de subdivisão da Arte como forma específica do conhecimento, a função dela era a de mostrar, “em todos os tempos”, a ocorrência das “efusões do sentimento e o brinco da imaginação diante do **espetáculo das coisas** e das **peripécias da existência humana**”; considerava três os subgrupos da manifestação da Arte: (a) aqueles que buscam “retratar a realidade da vida”; (b) os que se propõem a “realizar por generalização uma espécie de tipo ideal”; e, ainda, (c) os que indicam a reação “contra a estreiteza da realidade”, procurando, com a maior liberdade, “criar um mundo à parte e superior” (Romero, 1901, p. 58). O autor argumentava, na continuação da exposição, pelo estudo das escolas literárias podem ser conhecidas as etapas do processo civilizatório: a “evolução” de uma sociedade corresponde, “mais ou menos, às chamadas escolas clássica, romântica, realista e impressionista” e “pode ser figurada nos quatro momentos seguintes: sincretismo primitivo, determinadamente [sic] nacionalista em suas principais manifestações, representado especialmente na poesia pelo lirismo;” na “reação contra o personalismo, dando entrada na Arte aos sentimentos das classes representadas na poesia especialmente pelo drama e pela comédia;” e “finalmente,” pela “coparticipação cada vez mais geral de todos, pela democracia [ou *igualitarismo*], representada especialmente no romance moderno” de uma *raça*, isto é, de uma *nacionalidade*.

Literatos na política: conclusão

O exame da utilização do termo *mestiço* por Sílvio Romero para referir-se a Machado de Assis, assim como a si mesmo, a Tobias Barreto e aos intelectuais do final do período imperial e início do período republicano brasileiro demonstra que pode ser

colocada em discussão o modo pelo qual a crítica literária brasileira tem qualificado o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Podem ser colocadas em discussão as atribuições de *mestiço* atribuído à cor da pele, a *epilepsia* relacionada à *gagueira* da fala e a de *pessimismo*.

Chama a atenção, no trabalho crítico de Sílvio Romero, a relação feita entre a produção literária e o pensamento político daqueles intelectuais, mesmo que seja necessário distinguir a adoção de diferentes correntes teóricas entre os pensadores. A partir dessa relação é possível observar a concomitância da presença de ideários na Europa e no ambiente intelectual brasileiro, sendo a divergência de ideias – ou doutrinas – o motor de debates formulados em texto e publicados com apoio de editoras e de revistas da época. Tudo isso abre a perspectiva de novos estudos; mas, principalmente, pelo exame desse material textual publicado pode ser recuperada a importância do conceito *mestiçagem* das raças naquele período histórico brasileiro, espelhada a ocorrência das raças na sociedade brasileira no mesmo movimento ocorrido na Europa como fundamento do estágio da *civilização* alcançado lá em termos de educação, sustentando a Ciência, e do voto, sustentando a Democracia. O conceito *mestiçagem* utilizado no final do século XIX e início do XX como parte de um pressuposto evolucionista por intelectuais expressa a defesa desse resultado da vida social como ação política em função do ideário de inclusão de todos os brasileiros num projeto de *nacionalidade* que estava sustentado pela *igualização* possível justamente pela educação para todos – em que a Literatura deveria ter papel importante – e pelo exercício do voto.

É possível, ainda, que a discussão do papel da Crítica literária deva ser realizada com empenho, porque essa Crítica não percebeu a atribuição da qualidade de *mestiço* a Machado de Assis como um elogio; essa atribuição da qualidade de *mestiço* indica a importância da contribuição dele na formação da população – se a interpretação foi realizada pela adoção da perspectiva política apresentada na Estética realista, como o fez Sílvio Romero; ou se a interpretação der ênfase à prática da liberdade de pensamento e no registro da História, como na linha política propugnada pelo próprio literato brasileiro.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *O homem de gênio e a melancolia: o problema XXX*, 1. Introdução: Jackie Pigeaud. Tradução: Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obras completas*. 14 v. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: Jackson, 1970.

BRAGA, Theophilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. Edição de Teixeira Bastos. 2 v. Porto: Ernesto Chardron; Lugan & Genelioux, 1892.

COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1940.

KOCH, Ana Maria. *Intertextualidade em Memórias póstumas de Brás Cubas*. Tese (Doutoramento em Letras) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6170/000437870.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio 2011.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936.

MISKOLCI, Richard. *Machado de Assis: o outsider estabelecido*. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 15, jan./jun. 2006, p. 352-377. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a13v8n15.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

REALE, Miguel. *A filosofia na obra de Machado de Assis: antologia filosófica de Machado de Assis*. São Paulo: Pioneira, 1982.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. São Paulo: EdUNICAMP, 1992. [1.a edição: Rio de Janeiro: Laemmert, 1897]

ROMERO, Sylvio. *A phylosophia no Brasil: ensaio critico, apontamentos para a Historia da Litteratura brasileira no seculo XIX*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1878.

ROMERO, Sylvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: J. B. Nunes, 1894.

ROMERO, Sylvio. *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

ROMERO, Sylvio. *Obras filosóficas*. Introdução: Luís Washington Vita. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio; EdUSP, 1969.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.